A Cana e o Gado - O nordeste brasileiro segundo Gilberto Freyre e Djacir Menezes

José Estevão Machado Arcanjo*

Colonização tardia, grande presença indígena e forte tradição oligárquica não impediram que o Ceará, a partir de meados do século XIX, visse surgir uma elite intelectual pujante e criativa, desproporcional à importância política e econômica da província. A riqueza do algodão, especialmente, propiciou o contato pioneiro de jovens cearenses com as ideias vanguardistas das ciências sociais da época, especialmente dos evolucionistas, positivistas e materialistas.

Essa peculiaridade do Ceará ainda carece de muita reflexão. Mas seu reconhecimento é patente. Para José Honório Rodrigues o Ceará produziu, a partir dos estudos de Thomáz Pompeu de Sousa Brasil (o Senador Pompeu), Tristão de Alencar Araripe, João Brígido e Pedro Théberge, a melhor historiografia regional do país. A agremiação literário-filosófica *Academia Francesa,* fundada em 1872*,* revelou à posteridade nomes como Capistrano de Abreu, Thomáz Pompeu de Sousa Brasil Filho e Rocha Lima. Alguns anos depois a criação do Instituto do Ceará deu maturidade à historiografia cearense, apoiado em pesquisa regional e documental inovadora - "ao invés de generalizações fáceis sobre história geral do Brasil, a especialização dos estudos locais e estaduais.[1]

* Professor da Universidade Federal do Ceará

1 Rodrigues, José Honório. *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará – Do Tomo I ao LXVIII* / José Honório Rodrigues e Lêda Boechat Rodrigues. Fortaleza: ABC Editora, 2002.

Para o professor Diatahy Bezerra de Menezes, como "de uma das províncias menores e mais pobres do continente-brasil (...) tenham surgido alguns dos espíritos mais luminosos que a nossa inteligência já conheceu?" Como essa "moderna geração de cearenses" pode ser tão fértil em sua produção cultural ao mesmo tempo local e provincial? Diante do enigma, diz ele, talvez a imagem que melhor represente a província seja a figura euclydiana do Hércules-Quasímodo.[2]

A decadência do Nordeste e a regressão oligárquica da República Velha não inviabilizaram essa trajetória. A liderança de Guilherme Studart e Tomás Pompeu Sobrinho no Instituto Histórico garantiu sua continuidade, numa linha evolutiva que vai até a criação do Serviço de Antropologia e da Universidade Federal do Ceará.

Entretanto, parece ter ficado mais escasso o grupo daqueles que ultrapassaram o provincial e ousaram interpretações acerca da realidade nordestina e brasileira. É nesse vazio que se mostra grande o professor Djacir Menezes. E ele fica ainda maior quando ombreado a Gilberto Freyre.

II

A nascente sociologia brasileira, após os anos 1930, buscava romper o ensaísmo eclético, bacharelesco e conservador dos antepassados, para garantir sistematização e rigor teórico-metodológico na reflexão acerca da realidade brasileira. Era necessário a construção de uma ciência social rigorosa, pois explicar cientificamente o país era dar um sentido à sua história e a seu povo.

Essa fase de "redescobrimento do Brasil", ao contestar a historiografia da elite oligárquica[3], proporcionou o surgimento de algumas das mais importantes obras das ciências sociais brasileiras. Dentre elas destacam-se *Nordeste,* de Gilberto Freyre, e *O Outro Nordeste,* de Djacir Menezes, estudos ditos "regionais" que, entretanto, extrapolam seus limites e enfrentam as questões nacionais.

No Prefácio à Primeira Edição de *Nordeste,* em 1937, Gilberto Freyre afirma que sua obra tratará apenas de uma parte do Nordeste, aquela da cana-de-açúcar, de modelo civilizatório baseado na "monocultura lati-

---

[2] Menezes, Diatahy Bezerra de. *O Pensamento Brasileiro de Clássicos Cearenses*. Fortaleza: Jornal O Povo, 2005 (Anuário do Ceará 2005).

[3] MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

fundiária, escravocrática e monossexual".[4] Para além dessa "civilização da cana", porém, despontaram na história brasileira outras civilizações, inclusive aquela dos sertões nordestinos, pastoril, "áspera, dura e ascética", "sem água e sem solo", da qual trataria naquele mesmo ano "um dos conhecedores mais profundos de sua formação social".

De fato, também em 1937, foi publicado O *Outro Nordeste.* Tão logo exposto as ideias centrais de seu livro a Gilberto Freyre, diz o autor, "ele percebeu que realisávamos estudos paralelos: - o nordeste magistralmente pintado na sua obra, contrapunha-se ao nordeste tracejado nestas páginas". O próprio título da obra, O *Outro Nordeste,* foi sugestão de Freyre.[5]

A divisão do trabalho está pacificada. O primeiro trata do espaço da casa-grande, da senzala e do engenho, do nordeste negro e aristocrático, gordo, estável, rico, hierárquico, culto e molhado; o outro, da fazenda, dos vaqueiros e dos currais, do nordeste magro, pobre, instável, nômade e seco. Na metodologia as divergências derivadas das abordagens impressionista e objetiva. "Dois Nordestes. Daí os dois estudos. Ambos com um sentido de intepretação histórica e social paralelos" (p. 16).

III

A obra de Gilberto Freyre procura relatar o "drama" do nordeste da cana-de-açúcar, civilização outrora pujante e criativa, mergulhada, agora, em franco processo de decadência. Que rumos tortuosos tomaram aquela que foi "a civilização moderna mais cheia de qualidades, de permanência e ao mesmo tempo de plasticidade que já se fundou nos trópicos?" (p. 7).

Para responder a questão, o autor utiliza o que ele chama de uma perspectiva "ecológica", procurando estabelecer os laços entre a cana-de-açúcar e outros cinco elementos centrais: terra, água, mata, animal e homem. Ressalta o autor que só essa perspectiva permitirá a compreensão mais ampla da formação social daquela região. Em acréscimo, possibilitará ainda o isolamento do determinismo naturalista que vigia antes dos anos de 1930.

---

[4] Em todas as citações de Gilberto Freyre indicamos apenas a página de *Nordeste - aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil.* 4ª Edição, Rio de Janeiro: Editora José Olympio, *1967.*

[5] Em todas as citações indicamos apenas a página da primeira edição de *O outro Nordeste: formação social do Nordeste.* Rio de janeiro: José Olympio, 1937. Entendemos ser relevante, depois de 80 anos, manter a grafia original das palavras.

É difícil para Gilberto Freyre aceitar a decadência daquela complexa e paradisíaca sociedade. Afinal, a região dispõe de uma terra magnífica, "boa", "escura", "profunda" e "fértil", "doce", "pegajenta e melada", "macia sem deixar de ser firme", tão própria à cultura da cana como à edificação sólida de engenhos, casas-grandes e capelas. Uma terra que "parece sentir gosto em ser pisada e ferida", parindo fartura e riqueza. Rios e riachos, cantados por negros e brancos, poetas e sinhás. Várzea do Capibaribe, que recebeu de forma doce e firme as raízes da primeira aristocracia rural brasileira. São parte desse paraíso as vastas matas da região, imensas e de tantas plumagens, objeto de desejo de portugueses, franceses e holandeses, assim como a imensa fauna, variada e de grande importância mística na vida dos brasileiros nordestinos.

Foi nesse ambiente que surgiu uma colônia de gente farta, "de homens sólidos, com tanto ruge-ruge de sêda e tanto brilho de rubis", de homens adocicados e amaciados pela terra - "o massapê raramente deu dêsses homens zangados e agrestes, sem plasticidade e quase sem doçura nenhuma" -, de mulheres bonitas, "redondas" e "dengosas". Terra da suavidade e das boas maneiras, do chá e das mãe-pretas de leite, do ócio favorável ao cultivo das ciências, artes e doces. Em suma, lugar da mais fina e sofisticada aristocracia brasileira. Como falar, então, de decadência?

Em primeiro lugar, a cana-de-açúcar foi um transplante feliz de cultura agrícola. Sua exclusividade é que foi o erro.

> A monocultura, a escravidão, o latifúndio – mas principalmente a monocultura - aqui é que abriram na vida, na paisagem e no caráter da gente as feridas mais fundas. O perfil da região é o perfil de uma paisagem enobrecida pela capela, pelo cruzeiro, pela casa-grande, pelo cavalo de raça, pelo barco a vela, pela palmeira-imperial, mas deformada, ao mesmo tempo, pela monocultura latifundiária e escravocrática; esterilizada por ela em algumas de suas fontes de vida e de alimentação mais valiosas e mais puras; devastada nas suas matas; degradada nas suas águas. (Prefácio à 1a. Edição, p. XII).

Em segundo, com o surgimento da usina e do trabalho livre as condições econômicas, sociais e psicológicas do homem nordestino só pioraram. Como então, exigir "a lealdade, a conformidade e a constância" de homens expostos a tais condições?

> A verdade é que talvez em nenhuma outra região do Brasil a extinção do regime de trabalho escravo tenha significado tão nitidamente como no Nordeste da cana-de-açúcar a degradação das condições de vida do trabalhador rural e do operário. A degradação do homem (...) O açúcar de usina parece que deixou de entrar com qualquer contingente na valorização da vida e da cultura do Nordeste, para ser apenas o sinal de - [menos] em tudo: a diminuição da saúde do homem; a diminuição das fontes naturais da vida regional; a diminuição da dignidade e da beleza da paisagem; a diminuição da inteligência, da sensibilidade ou da emoção da gente do Nordeste, que hoje quando se manifesta é quase sempre em atitudes de crispação, de ressentimento e de revolta." (p. 156/157).

Não vingou, portanto, aquela sociedade de sedas e livros, "apodreceu ainda verde: sem amadurecer direito" (p. 56). Se foi capaz de selecionar os melhores homens e valores e formar a mais bela e sábia civilização dos trópicos, por outro lado, carregou consigo o que corrompeu seus próprios valores. O arremate do livro é de emocionar:

> A antiga civilização do açúcar no Nordeste, de uma patologia social tão numerosa, dá-nos essa mesma impressão, em confronto com as demais civilizações brasileiras - a pastoril, a das minas, a da fronteira, a do café. Civilizações mais saudáveis, mais democráticas, mais equilibradas quanto à distribuição da riqueza e dos bens. Mas nenhuma mais criadora do que ela, de valores políticos, estéticos, intelectuais" (p. 177).

IV

O Outro Nordeste trata de algo bem diferente daquele paraíso pintado por Gilberto Freyre. Seu intento, porém, não é *simplesmente* relatar o drama da região nem tampouco marcar posições políticas favoráveis a essa ou aquela facção. Seu propósito confesso é estudar rigorosamente a "evolução social do nordeste brasileiro" a partir de uma abordagem tão objetiva quanto possível, contraposta ao determinismo natural e ao idealismo pré-30.

Isso aparece imediatamente na forma como a obra está organizada. Depois de uma longa introdução sobre a "constituição científica da sociologia" ele discute a relação homem – natureza na qual se inserem as "condições sociológicas" do homem nordestino. A seguir desemboca nas análises concretas sobre a vida política do Nordeste, a ação das oligarquias,

a dinâmica da administração pública, os movimentos sociais e até mesmo a "preparação revolucionária" da região em 1930.

O tratamento da questão biológica era essencial naqueles dias. No entanto, para Djacir Menezes o que deve ser destacado são os aspectos sócio-culturais que envolvem aquelas conexões. A satisfação das necessidades humanas, embora tenha raízes biológicas, percorre um caminho eminentemente social.

Assim, a análise da casa-grande ou da senzala, das famílias ou dos movimentos sociais, do regime alimentar, da densidade demográfica ou das etnias exige a investigação criteriosa das "condições internas" a cada sociedade. Ou, como diz o autor, exige a análise do "ambiente social". Afinal, o homem real é aquele que sofre as influências do meio, porém, transformando-o constantemente a *partir* de sua ação. Não se pode imaginar o homem racional ideal, servo exclusivo da razão. Por outro lado, não existe o homem passivo em relação ao seu meio. O homem real é resultado de processo social e histórico, condicionado e condicionador do ambiente onde vive.

> O erro das especulações racionalistas foi argumentar com um homem ideal, que agiria pela razão; ou, do materialismo mecanicista, de um homem passivo, modelado plasticamente pelo meio. Na moderna concepção cientifica, temos o "homem real", resultado de processos historico e social, modificador das proprias condições do ambiente onde atúa, creando, pela sua ação, novas condições posteriores que o modificam. O ser humano real está, como dizia Marx, no conjunto das circumstancias sociais. Na realidade, o trabalho, a atividade humana não é, como crê Hegel escreve Marcel Moré - o trabalho do espírito desligado da vida real e sensivel, mas o produto do homem que exteriorisa seu Eu nos objetos que cria (p. 41).

Para o autor existem pelo menos três nordestes diferentes: o do litoral e vales úmidos, dominado pela agricultura, casas-grandes e engenhos, habitado por brancos, negros e alguns índios tupis; o das praias baixas e arenosas, marcado pela presença de pescadores e uma frágil agricultura de subsistência; e o nordeste do sertão da caatinga, quente e seco, habitado por índios tapuias e vaqueiros, apto quase que exclusivamente à pecuária extensiva.

O que mais caracteriza o nordeste seco é a pecuária. É ela, enquanto forma de organização produtiva, a marca principal da formação social

local. Em região tão seca e inóspita, a pecuária exige enormes extensões de terra para a criação de bovinos, ovinos e caprinos. Enquanto atividade extensiva, gera número insignificante de empregos, e, para os poucos que gera, não exige nenhuma especialização. Resta ao homem apenas o serviço de vaqueiro ou o cultivo de uma agricultura primitiva, "índia", de baixa produtividade e produtos de pouco valor de mercado. A tal trabalho, naturalmente, não se conduziam o caro negro africano nem o branco europeu; apenas o índio - "excelente vaqueiro", logo adaptado à liberdade que o pastoreio proporcionava - e alguns poucos mestiços.

A economia da caatinga, embora tenha formado muitas riquezas a partir das charqueadas, foi incapaz de propiciar qualquer modernização ou crescimento duradouro. As grandes estiagens provocaram períodos de decadência e revelaram sua incapacidade de gerar uma organização social mais complexa e estável. Não permitia, portanto, praticamente nenhuma organização política, nenhuma outra alternativa econômica; não dispunha de trabalhadores especializados, indústrias, povoados ou vilas. Se não tinha a instituição da escravidão também não tinha o trabalho assalariado; predominava a troca de serviços e favores, "algo de feudal" (p. 66).

A civilização pastoril, baseada na fazenda e no latifundiário - que muitas vezes nem mesmo permanecia no sertão devido às condições climáticas e à falta de alimentos que também o vitimava - caracterizou-se como uma sociedade eminentemente rural, de população escassa, móvel e ignorante. O povoamento era extremamente lento. As cidades nasciam muito tardiamente, dificultando o intercâmbio com outros centros e perpetuando a fazenda como espaço exclusivo da economia e da política.

Daí ter sido forte a influência indígena na região. Sua forte resistência, apesar das chacinas e do jesuíta que "abrandava o gentio" - no sertão, "os antagonismos entre a massa aborígene, rebelde à ação resignadora do jesuíta, e os colonos quinhoados de doações sesmeiras, encheram de lutas grande parte do século XVII e inicio do XVIII" (p. 75) – fez do indígena o elemento étnico de maior contribuição para a formação do sertanejo. Sua influência é observada na agricultura, na linguagem e na "tez" do jagunço.

Nasceu uma sociedade instável, centrada em famílias clânicas e população nômade. Diferentemente do modelo patriarcal, o sertão foi dominado por tais famílias, que, por seu próprio modelo de exploração econômica e seu isolamento de outros agrupamentos, quase não criou cidades relativamente sedimentadas e sustentáveis. O nomadismo, se in-

fluenciado por fatores climáticos, também foi consequência desse modelo produtivo - e não se deve simplesmente ao sangue cigano do cearense.

O sertão, portanto, é uma sociedade "turbulenta", "inquieta", "sem fisionomia" (p. 79), permeada de revoltas e rebeliões.

Desse percurso histórico nasceu um incipiente, "deficiente e enjambrado" (p. 82) aparelho estatal, que mais agia sob o interesse do fazendeiro e para a exploração de índios e mestiços. Por outro lado, ensejou a emergência de inúmeros e vigorosos movimentos sociais rebelados contra tal ordem.

As origens do Estado incipiente, frágil e cooptado são encontradas nos fundamentos da colonização portuguesa no Brasil: a organização servil do trabalho, o monopólio e a atividade extrativa voltada prioritariamente para a exportação. Agricultura, indústria e comércio sempre foram condicionados aos interesses estrangeiros. Somadas à constituição de oligarquias, o resultado foi a formação de verdadeiros "governos domésticos" (p. 169), com todo tipo de expropriação, enriquecimento ilícito, violência e malversação.

Uma sociedade tão frágil, na total ausência do poder público e mergulhada em intensa exploração e miséria, não poderia deixar de ser um ambiente sempre carregado de tensões e conflitos. Todos os movimentos sociais nos séculos XVIII e XIX, de brancos, negros, índios ou mestiços, de miseráveis, remediados ou mesmo latifundiários, de caráter político ou puramente econômico, conservadores ou progressistas, são parte desse contexto social.

A miséria do sertão fez com que a região atravessasse os séculos assentada em enorme "plebe rural", "marginais", verdadeiros "fóra da lei" (p. 79). Entre eles foram duas as manifestações principais de reação: uma violenta, o banditismo; outra mística, o fanatismo. Ambas formas de contestação política, mesmo que imaturas ou equivocadas.

O banditismo, fruto da revolta dos miseráveis daqueles "sertões desgarantidos", agregou índios e mestiços:

> "Já não são apenas os indios sublevados, nas correrias habituais. As cenas de banditismo são realisadas pelos elementos da plebe mestiça. São os primeiros contingentes do cangaço, fenômeno sociologico que as condições sociais nordestinas determinaram, talvez mercê de contradições e desajustamento dessa nossa sociedade rural instavel, entre os elementos da população que trabalha e os proprietarios rurais" (p. 81).

O fanatismo, por seu turno, é visto como uma forma de religião "primitiva" daqueles que estão "esmagados pelas forças sociais" e são "incapazes de reagirem de forma consciente" (p. 181).

Ambas as reações, se lidas como movimentos pré-políticos, são genuína "reação do oprimido contra o opressor" (p. 188). Não é à toa que obtêm, na maioria dos casos, respeito, simpatia e proteção do povo. Os demais movimentos que afloraram na sociedade sertaneja não deixaram de refletir aquela situação social. Porém, de igual maneira, foram protagonizados por classes imaturas e não passaram também de lutas políticas desorganizadas e inconsequentes.

> Inumeros movimentos sociais e políticos do nordeste, da Baía, do Pará (cabanada, sabinada, etc.), apontados como fluxos de anarquia, banditismo, pilhagem, não passam de movimento sociais desses elementos que ainda não aprenderam a falar a linguagem das reivindicações modernas (p. 79).

Mas são algo muito próximo da luta de classes. " (...) As lutas no sertão, si não tomam o aspecto claro de luta de classes no sentido europeu, é que não ha classes organisadas e definidas." (p. 163).

O último capítulo da obra é dedicado à "preparação revolucionária" do Nordeste. Afinal, nos estertores da República Velha o Ceará ainda é propriedade das oligarquias. Persiste uma sociedade fragilizada, grassam corrupção e contrabando", o Estado é inoperante e Lampião é tido por todos como o "Rei do Norte". Daí a simpatia do nordeste para com a "reação contra a plutocracia cafeeira de S. Paulo". Somente um claro programa de reformas sociais poderia pôr fim ao estado de miséria e atraso que as oligarquias espalharam no sertão. A solução seria o afastamento da classe dominante que continuava impedindo a autonomia econômica e política daquela sociedade.

V

Nordeste, juntamente com *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos,* compõe a trilogia das obras mais importantes de Gilberto Freyre. Se é a menos conhecida das três, não é "marginal", como chegou a considerar o autor. Afora a exposição, quase poética, a forma impressionista de *Nordeste* revela uma metodologia específica, descompromissada com teorias ou estatísticas. A esse impressionismo adiciona-se uma

perspectiva ecológica que rompe com o determinismo natural e aborda a relação homem-natureza como uma "expressão cultural".

Freyre recusa explicitamente qualquer tipo de "objetivismo" nas ciências sociais. Para ele objetividade e estatística são "místicas sociológicas" modernas, às quais pretende escapar; praticamente só servem à zoologia e à botânica. Com os seres humanos "o cientista entra em relações de 'compreensão' com os objetos de estudo que são antes seres 'compreensíveis' que 'mensuráveis'" (prefácio à Edição Espanhola, p. XXIII). Foi assim que ele entendeu a decadência da região. Reerguê-la seria reconquistar a sociedade exemplar, rica e sábia, mestiça, fundada em padrões éticos que estão além da ignorância e dos princípios economicistas burgueses. Mas, infelizmente, o nordeste açucareiro decaiu, apodreceu antes mesmo de amadurecer. É esse o lamento de Gilberto Freyre.

O pensamento de Djacir Menezes choca-se frontalmente com as ideias de Gilberto Freyre, mesmo que em momento algum ele se refira claramente às ideias que está contestando. Djacir Menezes pretende desenvolver um estudo sobre a realidade social nordestina através da "aplicação do método científico na pesquisa objetiva dos fatos sociais" (p. 9). Desde 1932, quando publicou O *problema de realidade objetiva,* o autor já procurava expor os dois pontos principais de sua abordagem: primeiro, utilizar-se da sociologia como conhecimento científico rigoroso e preciso dos fenômenos sociais; segundo, partir de uma orientação materialista que privilegiasse o estudo das relações sociais de produção.

Sua análise procura afastar certa "invasão de processos subjetivistas" e a "tonalidade idealista" comuns a seu tempo. O primeiro parágrafo da Introdução diz:

> "Muitas teorias ou sistemas sociológicos que preocupam os estudiosos não passam de meros acidentes na evolução do pensamento cientifico. Não exprimem as tendências profundas da sociologia, mas desvios efemeros que refletem as próprias condições sociais em que trabalham os investigadores, alheados da objetividade rigorosa dos verdadeiros métodos da ciência" (p. 17).

A defesa da objetividade sociológica pode ser facilmente encontrada em diversos autores de seu tempo identificados com o positivisrno. O que surpreende em Djacir Menezes é o segundo passo: fazer uso dessa abordagem através de uma perspectiva materialista, nos moldes da economia

política marxista e procurar aplicá-la à interpretação do pobre nordeste pastoril. "Procurei enquadrar a formação histórica e social do nordeste dentro da evolução do Brasil, em conexão com o processos do desenvolvimento capitalista no ocidente. Este imprime seu ritmo na nossa formação cultural" (p. 9). Ao longo da obra esse referencial não se perde, na análise do Estado português ou dos movimentos sociais. A formação do Estado e das oligarquias, as lutas republicanas e abolicionistas, cangaceiros e fanáticos, só podem ser compreendidos à luz dessa realidade material.

Outro aspecto fundamental para o autor é que à ciência não cabe admirar ou simplesmente lamentar a ocorrência de determinados fenômenos. Sua sociologia, por ter a capacidade de equacionar rigorosamente os problemas sociais, tem o poder e o dever de intervir e colaborar na transformação social. Sua metodologia, portanto, é frontalmente contrária ao impressionismo e à sociologia compreensiva. O fato da análise social ser dinâmica e acompanhar a própria evolução social não autoriza nenhuma forma de subjetivisrno.

Djacir Menezes também desarma a tese da família patriarcal como célula básica da organização social e política. Em primeiro lugar, no nível teórico, ao afirmar que "a complexidade crescente do grupo exigiu diferenciação progressiva das funções, surgindo inúmeras outras agencias sociais, desempenhando, pela divisão do trabalho, atividades embrionariamente exercidas pelo grupo familial" (p. 22). Depois, no nível histórico, quando verifica as razões da decadência do patriarcalismo:

> (...) Com a decadencia do patriarcado rural, determinada, entre outras causas, pelo incessante desenvolvimento das forças de producção, o maior contacto com o comercio internacional, o sistema casa-grande e senzala se vai esfacelando, agravando-se o antagonismo entre a cidade, que cresce, e os campos, que perdem a ascendencia politica, reflexo de sua importancia economica. (...) Com a aparição do urbanismo industrial, das firmas comerciais nos centros principais, as senzalas enfraquecem, augmentam as populações dos mucambos, crescem os braços salariados, desloca-se a importancia politica dos 'senhores' rurais para o industrialismo nascente. Decompõe-se o patriarcalismo (p. 44/45).

A família do fazendeiro no nordeste pastoril foi clânica e oligarca, unicamente voltada para seus interesses privados. Se Freyre vê no senhor de engenho o elemento aglutinador de toda a sociedade, de porte asse-

melhado ao do nobre cavalheiro inglês, fino de trato e ideias, Menezes aproxima os poderosos fazendeiros da ideia de coronel, bárbaro e agente da desagregação social.

Em O *Outro Nordeste* a dinâmica das forças sociais leva sempre à superação dos fatores étnicos. "São as forças sociais, que o estado das forças produtivas determinam, que modelam os diversos tipos antropológicos" (p. 193). É óbvio que houve miscigenação e que o mestiço, portador de extremo vigor físico e mental, seria capaz de construir no nordeste civilização tão digna quanto as mais admiradas. Note-se a referência de Djacir Menezes a Delmiro Gouveia, alguém capaz de construir "o mais moralisado, sadio e avançado centro de população laboriosa" (p. 193) do nordeste. No entanto, a mestiçagem não significou ausência de conflito, opressão e miséria. Ao contrário, as estruturas econômicas marginalizaram absurdamente os diversos grupos sociais, fossem brancos pobres, negros, índios ou mulatos. A própria história do nordeste é recheada de conflitos e rebeliões as mais diversas, todas operadas pela mesma lógica da contradição de interesses.

Por fim, Djacir Menezes não lamenta a decadência do nordeste, não chora uma promessa frustrada. Na sua perspectiva, o que entrou em decadência foi a sociedade aristocrática e a família patriarcal. Ruiu o modelo escravagista, atropelado pelas necessidades do mercado capitalista. Faliu o modelo produtivo do engenho, ultrapassado pela usina, pela cidade e pelo trabalho assalariado. Não há por que derramar lágrimas sobre tais defuntos. O que o autor almeja é transformar uma sociedade que ainda nem capitalista é.

VI

Os dois estudos, portanto, não se recusam o enfrentamento da questão nacional. Porém, suas respostas, em que pese as coincidências acima, estão claramente em oposição. Gilberto Freyre oferece uma resposta conservadora para a questão. Sua crítica ao latifúndio monocultor está repleta de saudosismo antiburguês. Contra a modernização da indústria (usina), melhor seria voltar aos tempos do 'antigo regime', onde vigiam a autoridade e a hierarquia patriarcal, a dominação consentida e a sociabilidade fundada nas relações privadas. Seria uma sociedade desigual, sem dúvida, menos democrática do que muitas, porém, tal qual a injusta Grécia antiga, capaz de gerar as mais belas pérolas que uma civilização já foi capaz de produzir.

Djacir Menezes, por sua vez, oferece uma resposta modernizadora. Também preocupado com a "extrema perplexidade" de seu tempo, importa para o autor subverter aquela organização social - instável exatamente porque baseada exclusivamente na satisfação de interesses privados. Sua resposta aponta, então, para o fim da hegemonia econômico-política do campo e das oligarquias, o fortalecimento do Estado, o favorecimento da indústria e a ampliação da participação popular nos destinos políticos da nação.

A contribuição de Freyre já é por demais conhecida. Na verdade, foi praticamente a explicação oficial do Brasil até os anos de 1950, quando começou a ser questionada por pesquisadores da Universidade de São Paulo.

Bem menos difundida, a contribuição de Djacir Menezes em *O Outro Nordeste* é das mais importantes. Antecipou questões cruciais que povoarão as obras dos cientistas sociais das décadas seguintes. Apoiado em boa parte no materialismo histórico, aproxima-se de *Evolução política do Brasil* de Caio Prado Júnior, quando assevera que só é possível entender o Brasil - e o Nordeste pastoril - à luz de sua inserção no capitalismo internacional. Por outro lado, atribui à incapacidade e à imaturidade das classes sociais a responsabilidade pelo atraso da revolução brasileira. A pecuária funcionaria como uma barreira que bloqueia a formação de tais classes. Assim, deu imensa contribuição para a análise das classes proprietárias, das bases sociais do coronelismo, da decadência do patriarcalismo e da emergência dos movimentos sociais contestadores da ordem rural brasileira.

Muitas contribuições importantes das ciências sociais brasileiras, há décadas relegadas, foram recentemente reconhecidas. Ainda é tempo de se fazer justiça a Djacir Menezes. Ao lê-lo, aflora, a tentação de buscar superar o enigma de Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes pela eliminação de um dos termos da figura euclydiana: Hércules! Apenas. Ponto.